



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 11, Issue, 07, pp. 48814-48818, July, 2021

<https://doi.org/10.37118/ijdr.22466.07.2021>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

CONFIGURAÇÕES INCLUSIVAS NO ÂMBITO DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL

Autores Clarissa Faverzani Magnago^{1,*}, Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan² and Sílvia Maria de Oliveira Pavão³

¹Psicóloga da Unidade de Apoio Pedagógico do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e doutoranda em Educação pela UFSM; ²Psicóloga Clínica –consultório particular – Santa Maria/RS; ³Professora da Universidade Federal de Santa Maria no Departamento de Fundamentos a Educação e nos Programas de Pós graduação em Educação.

ARTICLE INFO

Article History:

Received 18th April, 2021
Received in revised form
06th May, 2021
Accepted 01st June, 2021
Published online 28th July, 2021

Key Words:

Inclusão, Ensino Superior,
Apoio aos Estudantes.

*Corresponding author:

Autores Clarissa Faverzani Magnago

ABSTRACT

Objetivo: Este artigo objetiva apresentar os elementos norteadores para uma Política Institucional Inclusiva, que busca produzir participação e permanência com qualidade para estudantes na Educação Superior. **Método:** Trata-se de um estudo de caráter qualitativo descritivo, realizado por meio de pesquisa documental, que retrata as atividades desenvolvidas por serviço de apoio aos estudantes da Universidade Federal de Santa Maria, RS. **Resultados e conclusão:** Evidenciou-se que este serviço de apoio, hoje designado como Coordenadoria de Ações Educacionais (CAED), engloba uma variedade de ações voltadas para a inclusão no que tange à acessibilidade, apoio à aprendizagem e ações afirmativas, compondo um amplo repertório de recursos para uma melhor adaptação e desempenho dos estudantes ingressantes nesta instituição. Entretanto, pela presenteanálise, não foi possível averiguar a repercussão das ações de cunho inclusivo no diaadia e percurso acadêmico desses estudantes, o que se sugere para uma verificação posterior em continuidade a esse estudo.

Copyright © 2021, Autores Clarissa Faverzani Magnago et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Autores Clarissa Faverzani Magnago, Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan, Sílvia Maria de Oliveira Pavão. "Configurações inclusivas no âmbito de uma universidade pública federal", *International Journal of Development Research*, 11, (07), 48814-48818.

INTRODUCTION

A história da educação no Brasil e na comunidade internacional se caracterizou, nas últimas décadas, por um amplo debate envolvendo a construção teórica de diferentes pesquisadores da educação juntamente com os movimentos sociais pela democratização do ensino, tendo como síntese uma nova percepção da educação e da escola, que passou a ser vista como espaço baseado na convivência e diversidade (Rodrigues, 2015). A Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, em seu artigo 1º, instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, destinado a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (Brasil, 2015).

Embora a Lei seja clara quanto aos direitos, percebe-se que persistem fragilidades e empecilhos para as pessoas que integram esse público-alvo. Nesse sentido, é importante o esforço em apontar ações que vêm sendo desenvolvidas, assim como apresentar autores que se ocupam em apoiar a causa, considerando o contexto histórico da pessoa com deficiência, os avanços e as conquistas alcançadas. Ainda se faz necessário promover a autoconsciência acerca da inclusão, com o objetivo primeiro de eliminação dos obstáculos que lhe são postos, entre eles, as barreiras arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais e sociais. Embora se compreenda que as barreiras provoque desconforto e indignação, principalmente num momento em que todos os direitos da pessoa com deficiência foram e/ou são garantidos por Lei, é reconfortante saber que essas mesmas barreiras podem desacomodar, fazendo com que ações de superação das barreiras sejam organizadas e implementadas. Por isso, a percepção sobre a realidade inclusiva torna-se imprescindível.

E nesse estudo, em especial, serão abordados os componentes inclusivos que fazem parte da realidade da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), por meio da sua Coordenadoria de Ações Educacionais (CAED), que tratadas atividades desenvolvidas no âmbito da Educação Superior em prol da inclusão com qualidade dos estudantes na universidade. Sendo assim, os dados e informações foram buscados no próprio site da CAED em suas subunidades dos serviços oferecidos, em relatórios dos anos 2018, 2019 e 2020, livros de diversos autores e revistas. Para compreensão desse tipo de estudo, de caráter qualitativo descritivo e documental, o texto fundamenta-se em Yin (2016, p. 7) quando refere que esse tipo de pesquisa possibilita estudos de ordem abrangente, como fatos sociais, institucionais, eventos que as pessoas vivenciam no dia a dia, não os valores, as pressuposições ou os significados estabelecidos por pesquisadores. De acordo com Gil (2002, p.45), no referente à base documental, pode fazer-se o uso de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa, a análise de documentos de “primeira mão” (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições, etc.). E existem também aqueles materiais, os dados que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, podendo citar-se relatórios de empresas, instituições, tabelas, dentre outros materiais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o artigo 27 do Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (Brasil, 2015). Isso corrobora as ideias de Lucena e Faria (2019) no que se refere à inclusão e à pessoa com deficiência, quando afirmam que a Educação Inclusiva é a mais adequada estrutura de educação, que objetiva acolher a diversidade dos estudantes e superar as desigualdades sociais e econômicas que se reproduzem. Destarte, Vieira e Martins (2013) confirmam tal menção, ao expor que uma escola não pode ser inclusiva enquanto não gerar espaços de convivência e aprendizagem para todos os grupos e/ou indivíduos que foram segregados no decurso da história educacional da humanidade. Nesse sentido, entendendo a necessidade de olhar para as demandas educacionais e para as pessoas com necessidades educacionais, o movimento de apoio ao estudante na Universidade Federal de Santa Maria, segundo as contribuições de Venite e Oliveira (2008), deu-se a partir da realização do I Seminário de Atendimento Estudantil Universitário, na cidade de Santa Maria, RS, em maio de 2006.

As reflexões afluídas no seminário foram determinantes para a criação de um serviço, dentro da própria instituição, destinado a acolher as demandas dos estudantes no que se refere à aprendizagem. Algumas dessas reflexões se referiam à ampliação e diversificação dos cursos, à necessidade de flexibilização dos currículos e ao aumento do número de estudantes, o que exigiu da Universidade um processo de atendimento estruturado e organizado. Assim, a partir destas inquietações manifestas, iniciou-se um trabalho voltado especificamente para o apoio aos estudantes. É importante contextualizar o momento histórico em que se dão as discussões e a consequente efetivação de uma política de permanência para os estudantes desta instituição universitária. Trata-se de um momento em que emergem inúmeras lutas envolvendo profissionais e grupos sociais organizados em prol de uma sociedade menos excludente e pelo respeito aos direitos humanos básicos. Também é o momento em que essas lutas começam a dar resultados, com a promulgação da Lei n. 10.436/2002, por exemplo, que trata da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para a comunidade surda, e o uso, ensino e propagação da Grafia Braille em todo o território nacional (Brasil, 2002). E cabe destacar a Portaria n. 3.284/2003, que torna obrigatório para as Instituições de Ensino Superior a realização de adequações quanto à

mobilidade, equipamentos e instalações, para assegurar a acessibilidade às pessoas com deficiência e, assim, recebam reconhecimento e possam funcionar (Brasil, 2003). Além disso, merece destaque especial o programa criado pelo governo federal em 2005 – Programa Incluir: acessibilidade na educação superior – que se direciona especificamente às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), impulsionando a criação e o fortalecimento de Núcleos de Acessibilidade nas suas dependências. O objetivo do referido programa é a superação das barreiras à inclusão das pessoas com deficiências, seja no âmbito de infraestrutura, currículo, comunicação e informação, programas de extensão e pesquisa (Brasil, 2013). Dada a importância e a urgência do estabelecimento desse serviço na Universidade Federal de Santa Maria, criou-se o Núcleo de Apoio ao Estudante – Ânima, núcleo setorial do Centro de Educação da UFSM, oferecendo serviços de apoio aos estudantes que buscavam atendimentos específicos, sendo o apoio psicológico para as demandas mais emocionais que desencadeavam sintomas pontuais, ou apoio pedagógico em relação a dificuldades para a compreensão das disciplinas.

Com o tempo, o Núcleo foi ganhando reconhecimento e visibilidade nas ações oferecidas, de tal forma que foi ficando pequeno mediante o significativo aumento da procura pela comunidade acadêmica, sinalizando para o seu potencial e capacidade de crescimento. Dada essa constatação, em 2016 foi dado um passo adiante resolvendo-se transformá-lo na Coordenadoria de Ações Educacionais (CAED). De acordo com as informações documentadas no próprio site da UFSM, a CAED é apresentada como subunidade administrativa ligada à Pró-Reitora de Graduação e tem em sua proposta de atuação, desenvolver ações de apoio junto ao público da Universidade. O trabalho oferecido objetiva, de modo geral, o acesso, a permanência, a promoção da aprendizagem, a acessibilidade e as ações afirmativas. Dessa forma, a CAED estrutura-se a partir do Observatório de Ações de Inclusão, e em três subunidades: Acessibilidade, Apoio à Aprendizagem e Ações Afirmativas Sociais, Étnico-Raciais e Indígenas. O Observatório de Ações de Inclusão está apoiado na Resolução n. 030/2019, e tem como incumbências, de acordo com o próprio site da CAED, monitorar as ações de inclusão e as ações afirmativas para acesso, permanência e aprendizagem, no âmbito da UFSM, por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Para melhor compreensão das ações desenvolvidas pelas três subunidades da CAED, faz-se necessário entender qual é o objetivo de trabalho de cada uma delas. Para tanto, segue quadro demonstrativo com informações retiradas da própria CAED ao apresentar seus subnúcleos.

Serviço	Objetivo
Apoio à Aprendizagem (Ânima) ¹	Tem como foco a aprendizagem e a conclusão de curso dos estudantes da Universidade Federal de Santa Maria, visando contribuir para o enfrentamento de dificuldades no contexto universitário e o melhor aproveitamento acadêmico. Trabalha com orientações e discussões de questões pertinentes ao processo educativo, como forma de sugerir possibilidades de superação das dificuldades encontradas, contribuir para que os estudantes aproveitem ao máximo suas potencialidades e favorecer os processos de ensino, aprendizagem e educação continuada.
Acessibilidade ²	Tem o objetivo de oferecer condições de acessibilidade e permanência aos estudantes e servidores que apresentam alguma das seguintes condições: – Deficiências; – Surdez; – Transtornos do Espectro do Autismo; – Altas habilidades/Superdotação.
Ações Afirmativas Sociais, Étnico-Raciais e Indígenas ³	Tem o objetivo de acompanhar e monitorar o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes cotistas de escola pública, pretos, pardos, quilombolas e indígenas da UFSM, visando sugerir ações e adaptações, no atendimento ao Programa de Ações Afirmativas, baseando-se no princípio da redução das desigualdades educacionais e sociais, incluindo as ações de caráter homoafetivas e do etnodireito.

Fonte: Dados da Universidade Federal de Santa Maria/ CAED.

Rodas de conversa, palestras e cursos	Ofertados em parceria ou pelo próprio Núcleo de Ações Afirmativas, direcionados ao corpo docente e técnico e à comunidade acadêmica, envolvendo questões de gênero, cultura, classe, geração, orientação sexual, educação das relações étnico-raciais e indígenas, direitos humanos, gestão em ações afirmativas, entre outras;
Monitoria de língua portuguesa como segunda língua	Ofertada aos acadêmicos que têm interesse em aprofundar suas aprendizagens na segunda língua;
Monitoria de Tecnologias Digitais	Ofertada aos acadêmicos em parceria com os centros de ensino;
Monitoria Indígena	Realizada em parceria com a PROGRAD-implantação gradativa, com o objetivo de minimizar as barreiras sociais, culturais e acadêmicas existentes;
Apoio pedagógico intercultural nas áreas de matemática, física, química	Ofertado aos acadêmicos e realizado em parceria com os outros núcleos;
Orientações à Comunidade Acadêmica	São realizadas para coordenadores de cursos, professores, servidores, acadêmicos, entre outros, mediante solicitação, referente às questões que envolvem gênero, cultura, classe, geração, orientação sexual, educação das relações étnico-raciais e indígenas, direitos humanos, gestão em ações afirmativas, entre outras;
Rotas de Interação	Realização de rotas de interação em parceria com a PROGRAD em 25 aldeias indígenas e nas escolas públicas de abrangência da 8ª Coordenadoria Regional de Educação (23 municípios). Para as aldeias indígenas são realizadas três rotas de Interação e de divulgação do Processo Seletivo Indígena, bem como de interlocução com essas comunidades. Nas escolas públicas são realizados momentos de debate sobre o SiSU, Ações Afirmativas da Instituição, formas de acesso ao Ensino Superior.

Fonte: CAED – UFSM. Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-executivos/caed/atividades/>.

Ao ter uma visão geral dos objetivos dos serviços oferecidos pelos setores da CAED, torna-se relevante apresentar as ações de forma mais pontual, em resposta à questão: Quais as estratégias ou dispositivos de Inclusão, Apoio à Aprendizagem, Acessibilidade e Ações Afirmativas estão sendo adotadas pela UFSM em favor da adaptação e permanência dos alunos na instituição com qualidade?. Conforme Carvalho (2003), a educação é essencial ao ser humano, sendo considerada instrumento de luta e melhoria para a vida, pois ajuda no desenvolvimento da capacidade de aprender a aprender e de aprender a pensar. Caminhando nessa mesma lógica, vamos conhecer as ações que buscam contribuir para a qualidade de vida, aprendizagem, bem-estar e apoio, que significativamente fazem diferença para os estudantes. A seguir, destaca-se as subunidades e as ações desenvolvidas em cada uma delas.

Apoio à Aprendizagem: Uma das alternativas empregadas para apoiar a aprendizagem é o apoio pedagógico, que se dá por meio de monitorias das disciplinas de Física, Química, Português, Revisão e Matemática. Esse serviço funciona de segunda à sexta-feira, das 17 horas e 30 minutos às 19 horas e 30 minutos. Antes do período pandêmico da Covid-19, não havia a necessidade de agendar o atendimento, apenas o comparecimento do estudante nas salas 1203 e 1207 do prédio 67 da Universidade já garantia o seu suporte junto à monitoria. Para melhor organização e efetividade dos encontros, as disciplinas seguiam um cronograma com os principais conteúdos, que eram trabalhados pelos respectivos monitores de cada área.

Em consequência da manutenção do mesmo cenário pandêmico e a necessidade de seguir protocolos sanitários, dentre eles o do distanciamento social devido ao risco de contaminação, passou a vigorar uma nova formatação para o apoio pedagógico, sendo necessário o agendamento via endereço eletrônico, e a monitoria ocorrer por videoconferência. Conforme Campbell (2006), a interação entre alunos e instrutores em ambientes de videoconferência abriu novas oportunidades para avançar no emprego no uso das pedagogias tradicionais. No entanto, El Khatib e Chizzotti (2020) ponderam que esse movimento requer envolvimento dos alunos em um espaço de aprendizado compatível com suas habilidades e com o contexto circundante. Isso aponta para a necessidade de o aluno estar atento às fragilidades e necessidades em seu processo de evolução da aprendizagem, tomando consciência de si mesmo e do seu entorno. Na perspectiva do autoconhecimento, é interessante observar que o estudante pode encontrar no próprio site do Núcleo de Apoio à Aprendizagem, na CAED, indicações ou pistas para reconhecer se existe a necessidade de atendimento e apoio psicológico, ferramenta que contribui positivamente para o fortalecimento do estudante em autoconhecer-se. Para auxiliar nesse processo, o aluno pode acessar os serviços de atendimento psicológico, atendimento pedagógico e avaliação psicopedagógica ofertados pelo Núcleo, sendo necessário apenas preencher um formulário no próprio site e aguardar o retorno de contato para que seja agendado o atendimento que o estudante necessita. Rodrigues (2015, p.20) reforça a importância desse apoio quando afirma:

O bem-estar pode ser aprendido, assim como todos os comportamentos são. As habilidades sociais podem ser construídas, juntamente com as forças pessoais de alunos e professores e é nesse ponto que a escola torna-se o palco principal para a aprendizagem de habilidades do bem-estar. No setor de apoio à aprendizagem ainda são oferecidas palestras e minicursos para toda a comunidade acadêmica, contribuindo com informações sobre os mais diferentes temas.

Acessibilidade: Oliveira (2016) expõe que muitos são os desafios impostos para a inclusão, e a carga de responsabilidade atribuída não é simples. Toda mudança requer um processo inicial, e esse processo é composto pela problematização do indivíduo a caminho do todo. Tal fragmento apontado pela autora demonstra as lutas e investimentos que se fazem necessários para a inclusão do indivíduo, buscando proporcionar a igualdade, sem focar nas diferenças. Pavão e Bortolazzo (2017), referindo-se à implementação da acessibilidade na Educação Superior, consideram que isso proporciona o favorecimento da aprendizagem. Do mesmo modo, visando favorecer a permanência dos alunos com deficiência nas mais diferentes atividades da Universidade, o Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004, estabeleceu medidas que precisam ser tomadas e oferecidas.

[...] Recursos pedagógicos adequados, condições de segurança tanto de espaços mobiliários, como nos meios de comunicação. Esse conjunto integrado de ações e recursos possibilitam mais amplamente o desenvolvimento de autonomia de todas as pessoas e principalmente das pessoas com deficiência. (Brasil, 2004).

Por assim também compreender, a CAED-UFSM, por meio das atribuições que lhe foram conferidas, preocupa-se com a acessibilidade em um contexto mais amplo, abrangendo, entre outros serviços, o de adaptação de textos para as pessoas que utilizam softwares leitores de tela para pessoas cegas ou com dislexia. Esse serviço é indispensável aos estudantes que necessitam de uma atenção mais especial em vista de sua autonomia e seu desenvolvimento acadêmico. Para se beneficiar do suporte de adaptação de textos, o estudante necessita preencher um formulário e enviar o material; entretanto, para ser efetuado de maneira satisfatória, depende da qualidade e quantidade do material a ser adaptado. Outro serviço à disposição dos alunos é o apoio a trabalhos, pesquisas e eventos acadêmicos, denotando uma significativa variedade de serviços que objetivam contribuir para que os estudantes se sintam pertencentes e autônomos na UFSM.

Devido à grande demanda presente na instituição, alguns serviços colocam requisitos para atender de forma efetiva, como no caso do profissional Intérprete de Libras, em que a solicitação deve ser feita com antecedência mínima de setenta e duas horas úteis. Da mesma forma, somente são aceitos formulários para os quais haja a confirmação de participantes surdos(as) no evento ou eventos gravados que serão disponibilizados em meios digitais. O prazo de resposta do Núcleo de Acessibilidade à solicitação é de até 24 horas antes do evento. Para a gravação de algum material em Libras a fim de tornar acessível às pessoas surdas, é recomendado que a solicitação se dê com no mínimo dez dias de antecedência, para que a equipe de Tradutores e Intérpretes de Libras possa se organizar de acordo com suas demandas diárias e tenha tempo hábil para estudar e se preparar com qualidade para a gravação do vídeo em Libras. É importante salientar que para esse tipo de trabalho o preenchimento do formulário não garante a gravação em Libras do material, sendo esta realizada de acordo com a disponibilidade dos servidores considerando com a demanda que lhes é dirigida. Essas formalizações e prazos mínimos para que se consiga o serviço de Intérprete de Libras, por exemplo, apontam para a necessidade de mais profissionais para essa área na instituição, já que a demanda e necessidade nos diferentes núcleos da Universidade exige sua presença e seu trabalho. Nesse sentido, compreende-se que os serviços acessíveis são fundamentais e exigem, além de compreensão, adequação. Ampliando essa compreensão, Simonelli e Camarotto (2011, p. 14) assim consideram:

A concepção do direito à educação envolve, entre outros aspectos o processo de inclusão, no ensino superior, de alunos e trabalhadores com deficiências, o que requer adaptações estruturais para atender e potencializar as atividades desenvolvidas por esses sujeitos. Pensando no bem-estar e em otimizar o horário de almoço, o Restaurante Universitário, em parceria com o Núcleo de Acessibilidade e o Núcleo de Transporte, realizam o Serviço de Entrega de Almoços para pessoas com deficiência da UFSM. Esse serviço atende, exclusivamente, estudantes e servidores que possuem alguma deficiência que os impeça de deslocar-se até os Restaurantes Universitários localizados no Campus sede da UFSM.

Ações Afirmativas Sociais, Étnico-Raciais e Indígenas: Dando sequência às ações que são oferecidas pela CAED (UFSM), por último e não menos importantes, encontram-se as Ações Afirmativas Sociais, Étnico-Raciais e Indígenas. No âmbito da UFSM, é a Resolução n. 011/07 que institui o Programa de Ações Afirmativas de Inclusão Racial e Social, revogando a Resolução n. 009/07 (UFSM, 2007).

Nesse sentido, o Reitor da Universidade, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, institui este Programa levando em considerando e estando em acordo com

- os textos internacionais de proteção aos direitos humanos de que o Brasil é signatário;
- os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil previstos no artigo 3º da Constituição Federal;
- os princípios e regras previstos na Constituição Federal sobre Educação, Cultura e Desporto e sobre as diretrizes para a formação de políticas e programas que contribuam positivamente para a erradicação das desigualdades sociais e étnico-raciais, com vistas a construir uma sociedade mais equitativa;
- A necessidade de democratizar o acesso ao Ensino Superior público no País, especialmente aos afro-brasileiros, alunos oriundos das escolas públicas, pessoas com necessidades especiais e indígenas, a tradição da Universidade Federal de Santa Maria como pioneira em programas de inclusão social, por intermédio, entre outros, do PEIES e dos programas vinculados à PRAE;
- Os princípios institucionais da UFSM, dentre eles, o de democratizar ainda mais o acesso e permanência, em seus quadros, das populações em situação de desvantagem social e étnico-racial.

Logo, estando em consonância com os propósitos legais, essa subunidade da CAED oferece apoio para os servidores e acadêmicos da instituição, pretos, pardos, quilombolas, indígenas, e de escola pública, do ensino médio, tecnológico e de cursos de graduação e pós-graduação, nas questões que envolvem desigualdade socioeducacional, psicossocial, de expressão de gênero e/ou orientação sexual. Para a maior efetividade dos serviços prestados pelo Núcleo de Ações Afirmativas Sociais, Étnico-Raciais e Indígenas, o mesmo se divide nas seguintes Comissões: Comissão Indígena; Comissão Étnico-Racial e Comissão Social, que são coordenadas pelo chefe do Núcleo, sendo que a coordenação da Comissão Indígena é realizada de forma compartilhada com a liderança indígena indicada. De acordo com os relatórios de 2017, 2018, 2019 e 2020 da CAED, as Ações Afirmativas visam contribuir com a permanência dos estudantes cotistas e não cotistas da UFSM, e com a diminuição das desigualdades sociais, a educação das relações étnico-raciais e com uma prática educacional que contemple o diálogo intercultural, visando proporcionar a inclusão social na instituição. Destacam-se algumas estratégias utilizadas para a efetivação das Ações Afirmativas Sociais, Étnico-Raciais e Indígenas, conforme destaca o quadro a seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, observa-se que a Universidade Federal de Santa Maria, a partir da Coordenadoria de Ações Educacionais, desenvolve uma gama de atividades que privilegiam o aspecto inclusivo dentro desta instituição de nível superior. Abarca desde ações direcionadas especificamente para o desenvolvimento da aprendizagem, visando a superação das dificuldades encontradas pelos estudantes no processo educativo, como as monitorias e apoio pedagógico, às que se dão de maneira indireta, por meio de atendimento psicológico e suporte às necessidades especiais, fundamentais para impulsionar o desempenho acadêmico com qualidade e bem-estar. Assim, no que se refere à acessibilidade, os serviços prestados pela CAED-UFSM são essenciais para proporcionar a autonomia e o desenvolvimento dos estudantes com deficiência dentro do que a legislação vigente determina. Além disso, esta Instituição Federal de Ensino Superior conta com ações afirmativas que envolvem aspectos sociais, étnico-raciais e indígenas, em vista de promover maior igualdade no ambiente acadêmico, por meio de ações que corrijam as desigualdades historicamente construídas e promovam a equidade dos direitos. Os limites deste estudo se encontram justamente no que concerne à avaliação desses instrumentos de inclusão, de forma que se possa ter conhecimento das suas potencialidades no cotidiano e o percurso estudantil da população a que se dirige. Sugere-se, nesse sentido, que outras pesquisas sejam desenvolvidas, para que, em posse dos dados, seja possível vislumbrar novas ações e perspectivas de ampliação dos recursos inclusivos, que poderão contribuir para a melhor descrição dos efeitos dessas ações para os estudantes dentro do contexto universitário.

REFERÊNCIAS

- Brasil. 2002. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 25/4, Página 23 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10436-24-abril-2002-405330-norma-pl.html>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- Brasil. 2003. Portaria n. 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 nov. Seção 1, p. 12. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria3284.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- Brasil. 2004. Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios

- básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 3/12, Página 5 (Publicação Original). Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5296-2-dezembro-2004-534980-norma-pe.html>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- Brasil. 2013. Programa de Acessibilidade na Educação Superior. Brasília: MEC, Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 jun. 2021.
- Brasil. 2015. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/7, Página 2 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-publicacaooriginal-147468-pl.html>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- Campbell J. 2006. Media richness, communication apprehension, and participation in group videoconferencing. *Journal of information, information technology & organizations*, 1(1): 87-96. <https://doi.org/10.28945/149>
- Carvalho RE. 2003. Temas em Educação Especial(3aed.). Rio de Janeiro: WVA.
- El Khatib AS, Chizzotti, A. 2020. Aulas por videoconferência: uma solução para o distanciamento social provocado pela Covid-19 ou um grande problema?. *Revista EDaPECI*, 20(3): 26-45.
- Gil AC. 2002. Como elaborar projetos de pesquisa (4a ed.). São Paulo: Atlas.
- Lucena JB, Faria DSA. 2019. Ensino Superior e Inclusão da Pessoa com Deficiência Física: Pontos e contrapontos. In YM Miguel, CB Maia (orgs.). *Educação Especial e Inclusiva: Pedagogias e Temáticas em discussão*. Linhares: Editora Oyá. 106 p.
- Oliveira ARP. 2016. A educação física no século XXI: caminhando para a inclusão. In IE Rodrigues (org.). *Educação Inclusiva: um desafio para o século XXI*. Jundiaí: Paco Editorial. 132p.
- Pavão SMO, Bortolazzo JC. 2017. Disortografia: um enfoque psicopedagógico. In ACO Pavão, SMO Pavão. *Os casos excluídos da política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Santa Maria: UFSM, PRE; Ed.pE.com. 190 p.
- Rodrigues M. 2015. *Educação emocional positiva: saber lidar com as emoções é uma lição importante* (ed.rev. amp.). Novo Hamburgo: Sinopsys.
- Simonelli AP, Camarotto JA. 2011. Análise de atividades para a inclusão de pessoas com deficiência no trabalho: uma proposta de modelo. *Revista Gestão e Produção*, São Carlos, 18(1): 13-26. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/3R3mBKZCNhbRvKB88GXFGbF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- Universidade Federal de Santa Maria. Coordenadoria de Ações Educacionais (CAED): Núcleo de Aprendizagem-Relatório2020Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-executivos/caed/nucleo-de-aprendizagem/>. Acesso em: 6 maio 2021.
- Universidade Federal de Santa Maria. Coordenadoria de Ações Educacionais (CAED): Núcleo de Acessibilidade. Relatório Anual 2018. Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-executivos/caed/nucleo-de-acessibilidade/>. Acesso em: 6 maio 2021.
- Universidade Federal de Santa Maria. Coordenadoria de Ações Educacionais (CAED): Núcleo de Ações afirmativas. Relatório Anual 2020. Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-executivos/caed/nucleo-de-acoes-afirmativas-sociais-etnico-raciais-e-indigenas/>. Acesso em: 6 maio 2021.
- Venite MB, Oliveira, C. 2008. Primórdios do atendimento do ensino superior na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). In LL Pozobon *et al.* *Apoio Estudantil Reflexões sobre o ingresso e permanência no ensino superior*. Santa Maria: Ed. da UFSM.
- Vieira FBA, Martins LAR. 2013. Formação e criatividade: elementos implicados na construção de uma escola inclusiva. *Rev. bras. educ. espec.* [online]. 19(2): 225-242. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382013000200007>
- Yin RK. 2016. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso, 313 p.
